

20 anos da Lei Geral: um marco para o empreendedorismo



» DÉCIO LIMA
Presidente do Sebrae

O Brasil bateu recorde no número de CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) ativos no último trimestre de 2025. Quase 24 milhões de pequenas empresas estavam em funcionamento no último trimestre de 2025, um crescimento de 9,7% em relação ao mesmo período de 2024, quando foi registrado o total de 21,8 milhões, segundo a Receita Federal. Esse dado confirma o que venho afirmando, a economia é, antes de tudo, comportamento. Se escolhermos o caminho do otimismo e das entregas, o Brasil tem tudo para viver um ciclo de crescimento duradouro impulsionado pelos pequenos negócios.

E isso graças a um Estado atuante. Em 20 anos, o Brasil criou um arcabouço que vem sendo exemplo para vários países. O marco regulatório teve início em 2006 com a criação da Lei Geral da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. A partir daquele momento teve início uma série de conquistas que transformou o país no que é hoje: uma nação empreendedora, que reúne 94 milhões de brasileiros e brasileiras que ou estão à frente de um pequeno negócio ou que gostariam de abrir uma empresa em até três anos.

A aprovação da Lei Geral e a criação do Simples Nacional marcaram a mais relevante política pública de inclusão produtiva do Brasil. Mais do que unificar tributos, o Simples inaugurou uma nova visão sobre o papel dos pequenos negócios na economia

nacional. Naquele momento, o país reconheceu que empreender não poderia ser privilégio de poucos, mas oportunidade para muitos.

O Brasil abriu as portas da formalização para milhões de empreendedores ao simplificar impostos, reduzir burocracia e assegurar tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas. Em 2008, houve a criação do Microempreendedor Individual (MEI), que ampliou ainda mais esse movimento, permitindo que trabalhadores autônomos passassem a ter CNPJ, emitir nota fiscal e acessar proteção previdenciária. Para milhões de brasileiros, formalizar-se era praticamente inviável. O que antes era invisível tornou-se parte ativa da economia formal.

Dessa forma, o empreendedorismo no Brasil só ganhou a importância que tem hoje porque o país teve um presidente da República que criou um arcabouço de regulamentações e mecanismos protetivos, que construíram pilares para a edificação desses negócios em bases sólidas. Foi o presidente Lula quem criou o Simples Nacional, sancionou a Lei Geral, instituiu a figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI), dando ao tema a relevância de política de Estado.

Há 20 anos iniciou-se um movimento que não tem mais volta, quando o empreendedorismo passou a ser uma política pública de Estado. Duas décadas depois, os resultados são incontestáveis. Os pequenos negócios representam 96% das empresas formais do país, são mais de 24 milhões de CNPJs ativos e respondem por 80% das novas vagas de emprego. Sustentam economias locais de norte a sul e interiorizam o desenvolvimento, fortalecendo municípios que antes tinham base produtiva restrita.

Simplificar não foi apenas uma medida tributária, foi uma estratégia de crescimento nacional. São marcos que podem ser percebidos inclusive no tempo necessário para abertura de empresa. Com o avanço

da automatização de processos e uso da tecnologia para melhorar a eficiência na gestão pública, conseguimos chegar a um cenário de tempo médio de menos de um dia para abrir uma empresa. Os impactos são visíveis no número de novos pequenos negócios e na geração de empregos.

No Centro-Oeste, o Simples Nacional fez a diferença em 2025. No acumulado do ano, os pequenos negócios foram responsáveis pela geração de 1,3 milhão de empregos em todo o país, sendo 94 mil apenas na região. Além disso, das 5,1 milhões de empresas abertas no Brasil, quase 477 mil são de pequenos negócios no Centro-Oeste, o que evidencia a força do empreendedorismo como motor da economia regional e nacional.

Mas o futuro exige novos passos. A economia digital, a transição verde, a inserção internacional e as novas formas de trabalho impõem desafios que demandam atualização permanente do regime. Revisar limites de faturamento de forma justa, aprofundar a simplificação digital com maior integração entre entes federativos, estimular inovação e ampliar o acesso à exportação são agendas indispensáveis.

Celebrar os 20 anos do Simples é reconhecer que apostar nos pequenos foi uma decisão acertada. Políticas públicas bem desenhadas, construídas com diálogo e responsabilidade técnica, geram resultados duradouros.

Se o Brasil quer crescer de forma sustentável e inclusiva, precisa continuar fortalecendo quem mais gera empregos e dinamiza os territórios: os pequenos negócios. O Sebrae seguirá exercendo seu papel estratégico como articulador técnico, formulador de propostas e defensor incansável dos empreendedores brasileiros. Há 20 anos, o Brasil decidiu incluir quem empreende. O próximo passo é garantir que essa inclusão continue sendo motor de desenvolvimento, competitividade e justiça econômica para o país.

As mulheres não podem continuar falando sozinhas sobre a violência que sofrem



» RODRIGO SPADA
Auditor fiscal da Receita Estadual de São Paulo e presidente da Febrafite (Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais) e da Afresp (Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de SP).

A perniciosa ideia de que a violência contra a mulher é um problema privado, restrito ao ambiente doméstico, já não tem a mesma força que teve no passado. Hoje sabemos que esta é uma questão pública, uma grave violação de direitos e um desafio que exige vigilância de toda a sociedade. Esse tabu não caiu sozinho; foi derrubado pela atuação de mulheres que se levantaram contra a violência. Agora que o tema está na arena pública, não é aceitável que as mulheres sigam falando sozinhas sobre a violência que sofrem. Os homens e as instituições públicas e privadas precisam entrar neste debate e precisam, sobretudo, agir.

A participação ativa dos homens é indispensável por um fato tão óbvio quanto incômodo: a violência contra a mulher não existe sem os autores dessa violência — que são, em sua imensa maioria, homens. Portanto, enfrentar esse problema exige que nós também façamos parte da mudança cultural necessária para superá-lo.

Há modos distintos de fazer isso. Não compactuar com comportamentos indutores de violência, não calar diante de atos e palavras que ameaçam a dignidade das mulheres, mesmo quando elas não estão presentes. É uma tarefa para ser feita também entre homens, nos grupos de amigos, no trabalho, nos espaços onde muitas vezes se formam e se reforçam comportamentos que a sociedade acaba naturalizando. Homens, quando pais, ganham novo papel nesta tarefa. Quando pais de meninos, papel ainda mais relevante, porque devem ser exemplo. Sabemos todos que os filhos aprendem menos com discursos e muito mais com aquilo que veem no cotidiano: na forma como tratamos as mulheres, como falamos sobre elas e como reagimos diante de situações de desrespeito.

Mas essa responsabilidade não é apenas individual. Ela também é institucional. As instituições fazem parte do tecido social. Elas ajudam a moldar valores, comportamentos e prioridades da sociedade. E quando uma realidade tão grave se impõe diante de todos nós, não há espaço para o silêncio.

É nesse espírito que a Afresp (Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo), entidade que presido, participa desse debate. Nossa missão principal é defender uma carreira pública essencial ao funcionamento do Estado. O enfrentamento da violência contra a mulher não faz parte, a princípio, da nossa missão precípua. Ainda assim, entendemos que as instituições têm responsabilidade social. Elas devem participar do debate público, estimular reflexões e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

Por isso realizamos na Afresp um evento de apresentação e adesão ao programa Antes que Aconteça, iniciativa da senadora Daniella Ribeiro voltada à prevenção e ao enfrentamento da violência contra as mulheres. O programa busca fortalecer redes de proteção, ampliar o acolhimento às vítimas e integrar diferentes áreas do poder público para agir antes que a violência se transforme em tragédia.

Entre as iniciativas previstas estão o fortalecimento do acolhimento especializado às vítimas, com atendimento multidisciplinar envolvendo apoio jurídico, psicológico e social. O programa também aposta em campanhas educativas e ações de conscientização, voltadas a enfrentar a cultura de violência e ampliar a informação sobre direitos e mecanismos de proteção. Outro eixo importante é a promoção da autonomia econômica das mulheres em situação de vulnerabilidade, com incentivo ao empreendedorismo feminino e políticas que ampliem as condições de independência financeira — um fator decisivo para que muitas mulheres consigam romper ciclos de violência.

O programa prevê ainda grupos reflexivos para homens autores de violência, que buscam trabalhar a responsabilização e a reeducação de agressores, contribuindo para reduzir a reincidência da violência doméstica.

Quando uma instituição abre espaço para discutir temas como esse, ela ajuda a ampliar a consciência coletiva, fortalece redes de proteção e afirma de forma clara quais valores devem orientar a convivência em sociedade. Uma sociedade em que as mulheres possam viver com segurança, com respeito e com dignidade.

Caio Gomez/CB/D.A Press



Governar: o risco para inovar



» LUIZ ANTONIO ELIAS
Presidente da Finep

A política de inovação começa quando decisões precisam ser tomadas antes que seus resultados sejam conhecidos. Em um cenário global marcado por disputas tecnológicas, reorganização das cadeias produtivas e pressão por soluções em áreas estratégicas, a capacidade de lidar com esse tipo de decisão tornou-se fator central de competitividade. Para o Estado, o desafio não é evitar o risco, mas monitorá-lo e avaliá-lo ao longo do tempo.

A experiência internacional mostra que economias bem-sucedidas não delegaram a inovação integralmente ao mercado. Países como Alemanha, Estados Unidos, Coreia do Sul e China estruturaram estratégias em que o Estado atua como coordenador e investidor, criando condições para o avanço tecnológico mesmo quando os retornos são incertos ou de longo prazo. Nessas trajetórias, o risco é administrado por meio de critérios técnicos, instrumentos adequados e continuidade institucional.

Na América Latina, a inserção em setores intensivos em conhecimento permanece limitada. Dados recentes da Cepal indicam que a região responde por menos de 5% das exportações globais de bens

de alta tecnologia e por menos de 2% das de serviços modernos. Em um contexto de reconfiguração das cadeias globais de valor, abre-se uma janela para reposicionamento em segmentos mais dinâmicos.

No Brasil, o debate oscilou entre a expectativa de que o setor privado assumisse os riscos da inovação e a adoção de políticas fragmentadas, com pouca articulação entre ciência, indústria e financiamento. Superar esse padrão exige tratar a inovação como processo contínuo, no qual ciência básica, pesquisa aplicada, engenharia de escala e produção industrial operem de forma integrada.

Tratar o risco como parte do processo não autoriza decisões sem avaliação qualificada. Políticas eficazes de CT&I dependem de seleção rigorosa, normas consistentes, acompanhamento técnico e avaliação contínua, com critérios de excelência, relevância econômica e impacto social.

Nessa direção, a Finep lançou 13 editais de subvenção econômica que somam R\$ 3,3 bilhões em recursos não reembolsáveis, voltados a projetos alinhados à Nova Indústria Brasil, em áreas como agroindústria, saúde, infraestrutura, transformação digital, transição energética e defesa. Mais do que o volume, o aspecto central é a governança baseada no diálogo entre os atores. O programa Finep pelo Brasil prevê uma centena de encontros em capitais e cidades do interior para orientar empresas sobre acesso a instrumentos de crédito e apoio à inovação.

Outro avanço relevante é a convergência entre Finep e BNDES, permitindo combinar instrumentos ao longo de todo o ciclo da inovação e reduzir

descontinuidades entre pesquisa, financiamento e escala produtiva. Desde 2023, as duas instituições destinaram R\$ 57,7 bilhões para inovação na indústria, apoiando projetos de digitalização, modernização e desenvolvimento de tecnologias disruptivas.

Estudos do Ipea indicam que empresas apoiadas por instrumentos públicos ampliam significativamente seus quadros de pesquisa e desenvolvimento e internalizam capacidades tecnológicas, induzindo estratégias de longo prazo. Do ponto de vista fiscal, esses investimentos tendem a retornar em arrecadação superior ao valor aplicado.

O fortalecimento do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia amplia previsibilidade, escala e articulação entre governo, academia e setor produtivo, condição essencial para sustentar projetos estratégicos de médio e longo prazo. Universalizar a educação, fortalecer a soberania digital, elevar a produtividade e reduzir desigualdades regionais dependem da construção de capacidades tecnológicas sustentadas no tempo.

Governar o risco para inovar não é escolher vencedores arbitrariamente, mas construir instituições capazes de dialogar, avaliar e ajustar trajetórias tecnológicas ao longo do tempo. Em um mundo cada vez mais competitivo, o maior risco para o Brasil é deixar de investir, de forma criteriosa, em ciência e inovação e limitar sua capacidade de construir um futuro econômico e tecnológico próprio.

A inovação não é um ponto de chegada, mas um caminho sustentado por decisões consistentes, parcerias duradouras e compromisso coletivo com o desenvolvimento.